



**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA**

## **RELATÓRIO E CONTAS**

**2020**



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## **ÍNDICE**

**1 – Relatório de Gestão;**

**2 – Demonstrações Financeiras Obrigatórias:**

- **Balanço;**
- **Demonstração de Resultados por Naturezas;**
- **Demonstração de Resultados por Funções;**
- **Mapa de Fluxos de Caixa;**
- **Mapa de Variação nos Fundos Próprios;**
- **Anexo;**

**3– Ata da Assembleia Geral de Aprovação de Contas;**

**4 – Balancetes;**

**5 – Pessoal ao Serviço/Resultados por Valências;**

**6 – Documentos Complementares de Prestação de Contas;**



## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Introdução

Através do presente relatório, vem a Mesa Administrativa, dar conhecimento à Assembleia Geral da Irmandade e terceiros que com a Santa Casa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2020, cumprindo assim com o estipulado no artº. 32º do Compromisso:

### Enquadramento

A Santa Casa da Misericórdia de Tarouca tem assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais assentes num modelo humanista. Assume assim, uma importância social e económica de relevo na nossa comunidade.

A ação de solidariedade social exercida pela Santa Casa não se encerra apenas no setor da segurança social, abrangendo igualmente domínios como a saúde e a educação, procurando dar resposta a necessidades sociais dos indivíduos e famílias mais vulneráveis. Desta forma, por via da sua proximidade com a sociedade, possui uma elevada capacidade para dar respostas mais eficazes às situações de emergência social com que lida diariamente.



## **1- Evolução da atividade social**

### **1.1- Valência: Infância**

A atividade desta valência foi prestada a uma média diária de 143 utentes e contou com a colaboração em média de 30 funcionários.

### **1.2- Valência: Terceira Idade**

A atividade desta valência foi prestada a uma média diária de 120 utentes e contou com a colaboração em média de 82 funcionários.

### **1.3- Valência: Unidade de Saúde / Fisioterapia / Lar Residencial**

A atividade desta valência foi prestada a uma média diária de 20 utentes e contou com a colaboração em média de 35 funcionários.

### **1.4- Valência: CAO – Centro de Atividade Ocupacional**

A atividade desta valência foi prestada a uma média diária de 20 utentes e contou com a colaboração em média de 7 funcionários.

### **1.5- Equipa R.S.I – Protocolo c/ Segurança Social**

A equipa faz o acompanhamento a 244 famílias nos concelhos de Tarouca e Lamego, com a colaboração de 6 funcionárias.

### **1.6- Cantina Social**

Fornecemos em média 45 refeições diárias a pessoas necessitadas.



## IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

*[Handwritten signature and initials]*

Em termos médios, e de forma gráfica, a Instituição registou os seguintes níveis de ocupação:

Área	Resposta Social	Capacidade	Ocupação	Observações
Apoio a 3ª. Idade	Lar de Idosos	60	60	48 Comparticipados
	Apoio Domiciliário	58	40	30 Comparticipados
	Centro de Dia	30	19	16 Comparticipados
Família e Comunidade	Infantário	50	42	30 Comparticipados
	Creche	66	66	66 Comparticipados
	ATL	20	26	15 Comparticipados
	Lar Residencial	9	9	9 Comparticipados
	CAO	22	21	20 Comparticipados
	RSI-Equipa Multidisciplinar	244 Famílias	244 Famílias	n.a.
	Cantina Social	45 Refeições/dia	45 Refeições/dia	15 Comparticipadas
Saúde	Clínica de Fisioterapia	n.a.	n.a.	Protocolos apenas com seguradoras e atendimento a particulares
	Unidade de Saúde	20	Variável	Cuidados continuados; 15 Comparticipados



## IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

*[Handwritten signature in blue ink]*

Não poderíamos fechar este capítulo de relato sem deixarmos a nota que o ano de 2020 foi tremendamente marcante pela situação de crise pandémica que vivemos e que ainda hoje tem os seus efeitos. Muitas alterações de procedimentos, novas rotinas e acima de tudo um cuidado extremo com as medidas de proteção de utentes e colaboradores. Mas temos a plena convicção que foi no plano emocional, no contacto diário com os nossos utentes, e na impossibilidade de transmitir todos os afectos que até aí eram uma realidade, que a crise pandémica provocou as marcas mais visíveis.

### **2- Evolução da situação económica e financeira**

Como referimos no ponto anterior, a pandemia vivida potenciava um aumento da pressão sobre os gastos da Instituição e a uma diminuição do seu volume de negócios. Porém os efeitos destes 2 factos foram mitigados com o empenho de todos, com a correta planificação e calendarização dos gastos e com o recurso a todas as medidas possíveis de apoio financeiro no âmbito da Covid-19. Só desta forma a atividade da Santa Casa evoluiu de forma bastante favorável no exercício de 2020, apesar do clima de incerteza em que ainda vivemos.

É de realçar a contenção que se verificou nos gastos controláveis, uma vez que ao nível dos encargos com pessoal tal não é possível porque a nossa missão assenta sobre tudo, nos cuidados personalizados que prestamos.

Apesar de todas as dificuldades naturais, e já expressas anteriormente, a Santa Casa aumentou os seus proveitos correntes em cerca de 2% relativamente a 2019, ao passo que os seus custos correntes praticamente permaneceram inalterados.

Assim foi possível fechar o exercício com um resultado líquido de 40.216,86 euros.

Apresentamos de seguida uma análise às varias rubricas das demonstrações financeiras:



### Estrutura de rendimentos

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2020	2019	Varição	Varição (%)
Vendas e serviços prestados	1 593 254,88	1 610 756,61	(17 501,73)	(1,1%)
Subsídios à exploração	1 197 880,73	1 124 672,89	73 207,84	6,5%
Varição nos inventários da produção	8 210,77	6 773,46	1 437,31	21,2%
Outros rendimentos	91 605,26	92 204,56	(599,30)	(0,6%)
<b>Total da estrutura de rendimentos</b>	<b>2 890 951,64</b>	<b>2 834 407,52</b>	<b>56 544,12</b>	<b>2,0%</b>

A estrutura de rendimentos altera de forma ligeira sendo significativo o aumento dos apoios obtidos.

### Estrutura de gastos

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2020	2019	Varição	Varição (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	376 601,90	421 600,51	(44 998,61)	(10,7%)
Fornecimentos e serviços externos	453 278,52	481 390,47	(28 111,95)	(5,8%)
Gastos com o pessoal	1 870 647,17	1 796 655,80	73 991,37	4,1%
Outros gastos	9 477,09	16 389,46	(6 912,37)	(42,2%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	109 844,89	115 814,55	(5 969,66)	(5,2%)
Juros e gastos similares suportados	30 885,21	27 477,23	3 407,98	12,4%
<b>Total da estrutura de gastos</b>	<b>2 850 734,78</b>	<b>2 859 328,02</b>	<b>(8 593,24)</b>	<b>(0,3%)</b>

A estrutura de gastos mantém-se quase inalterada devido ao aumento com pessoal, pois os restantes gastos diminuem.

### Pessoal

Descrição	2020	2019	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	1 870 647,17	1 796 655,80	73 991,37
N.º médio de colaboradores	144	144	0
Gasto médio por colaborador	12 990,61	12 476,78	513,83



## IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

O aumento dos encargos com pessoal devem-se ao aumento do salário mínimo nacional que tem um peso significativo na nossa estrutura.

### Ebitda

Descrição	2020	2019	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	180 946,96	118 371,28	62 575,68	52,9%
Resultado líquido do período	40 216,86	(24 920,50)	65 137,36	261,4%

É relevante o aumento do EBITDA que demonstra o esforço que temos feito para reduzir gastos e melhorar rendimentos.

No que respeita à estabilidade financeira da Santa Casa no médio e longo prazo, todos os indicadores apontam para um futuro em que a Instituição manterá a performance que tem conseguido.

Vejamos mais em pormenor alguns indicadores económicos e financeiros que sustentam esta projeção e permitem funcionar de forma equilibrada

Estrutura de capitais	2020	2019
Autonomia financeira	45,63 %	44,43 %
Solvabilidade financeira	83,93 %	79,95 %
Endividamento	54,36 %	54,53 %
Capacidade endividamento	60,11 %	69,77 %
Liquidez geral	61,84 %	43,22 %



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Rácios de funcionamento	2020	2019
Prazo médio de recebimentos ( <i>dias</i> )	59,41	51,49
Prazo médio de pagamentos ( <i>dias</i> )	59,27	61,61
Prazo médio de stocks ( <i>dias</i> )	12,16	5,60

### Posição Financeira

ATIVO	31-DEZ-2020	Peso %	31-DEZ-2019	Peso %	Variação 2016-2015
Ativo não corrente	2 554 518,35	85,1%	2 627 453,89	86,6%	(72 935,54)
Ativo corrente	447 256,73	14,9%	406 545,83	13,4%	40 710,90
<b>Total Ativo</b>	<b>3 001 775,08</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 033 999,72</b>	<b>100,0%</b>	<b>(32 224,64)</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
Capital Próprio	1 369 809,03	45,6%	1 348 025,37	44,4%	21 783,66
Passivo não corrente	908 778,18	30,3%	745 424,10	24,6%	163 354,08
Passivo corrente	723 187,87	24,1%	940 550,25	31,0%	(217 362,38)
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>3 001 775,08</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 033 999,72</b>	<b>100,0%</b>	<b>(32 224,64)</b>

Verificamos um aumento dos capitais permanentes que vem melhorar o equilíbrio financeiro

Indicadores de Gestão	2020	2019	Δ Absoluta	Δ em % face a 2015
Ativo Fixo Tangível (AFT)	2 532 477,95	2 610 557,94	(78 079,99)	(3,0 %)
Capital próprio	1 369 809,03	1 348 025,37	21 783,66	1,6 %
Capitais Permanentes	2 278 587,21	2 093 449,47	185 137,74	8,8 %
Fluxos de caixa operacionais	86 475,02	158 554,21	(72 079,19)	(45,5 %)

Verificamos que os fluxos operacionais são positivos embora tenham diminuído.



### **3- Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

### **4- Evolução previsível da atividade**

A Mesa Administrativa considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela Instituição consolidam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível dos cuidados sociais que presta. O facto de ainda vivermos em contexto de pandemia poderá trazer alguns constrangimentos, mas que acreditamos que não sejam capazes de deteriorar a atividade desenvolvida, nem pôr em risco as condições financeiras da Instituição, porquanto a experiência já adquirida ajudará nesse caminho.

A política de contenção de gastos implementada, alicerçada numa contínua procura de novas fontes de receitas permitirá encarar o futuro com algum optimismo.

### **5- Dívidas à Administração Tributária e ao Instituto de Segurança Social**

A Santa Casa não tem em mora qualquer dívida à Administração Tributária, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.



## IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

### 6 - Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício, que ascendeu a 40.216,86 euros seja aplicado em Resultados Transitado

### 7- AGRADECIMENTOS

A Mesa Administrativa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os Irmãos, Colaboradores, demais entidades que com ela se relacionam e que permitem diariamente fazer desta uma Instituição de referência.

Tarouca, 07 de junho de 2021

A Mesa Administrativa,

Vasconcelos

Docinho Canaveira Lopes Carlos

Carla Beate Cardoso





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

TAROUCA

Demonstrações Financeiras

Individuais

ADMINISTRAÇÃO 2020



A 27  
D. João  
João  
João

## Índice

<b>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>5</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>6</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019</b>	<b>7</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020</b>	<b>7</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO</b>	<b>9</b>
<b>1 Identificação da entidade e período de relato</b>	<b>9</b>
1.1 Designação da entidade	9
1.2 Sede	9
1.3 Natureza da atividade	9
<b>2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>
2.1 Indicação do referencial contabilístico	10
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	11
<b>3 Políticas contabilísticas</b>	<b>12</b>
3.1 Ativos fixos tangíveis	12
3.2 Locações	13
3.3 Investimentos financeiros	13
3.4 Ativos não correntes	14
3.5 Inventários	14
3.6 Créditos a receber	15
3.7 Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento	15
3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros	16
3.9 Acréscimos e diferimentos	16
3.10 Caixa e depósitos bancários	17
3.11 Imparidade de ativos	17
3.12 Fundos patrimoniais	18
3.13 Excedentes de revalorização	19
3.14 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	19
3.15 Passivos não correntes	19
3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	19
3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores	21
3.18 Vendas e prestação de serviços	21
3.19 Subsídios	22
3.20 Benefícios dos empregados	22
3.21 Rendimentos financeiros	23



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

3.22	Júzos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	23
3.23	Principais pressupostos relativos ao futuro	24
<b>4</b>	<b>Fluxos de caixa</b>	<b>24</b>
4.1	Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	24
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	24
<b>5</b>	<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>25</b>
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	25
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	25
<b>6</b>	<b>Locações</b>	<b>26</b>
6.1	Locações financeiras	26
<b>7</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>27</b>
<b>8</b>	<b>Inventários</b>	<b>27</b>
8.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	27
8.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	28
8.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	28
<b>9</b>	<b>Créditos a receber</b>	<b>29</b>
<b>10</b>	<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>29</b>
<b>11</b>	<b>Diferimentos</b>	<b>29</b>
<b>12</b>	<b>Outros ativos</b>	<b>30</b>
<b>13</b>	<b>Fundos</b>	<b>30</b>
<b>13</b>	<b>Resultados transitados</b>	<b>30</b>
<b>13</b>	<b>Fundos, Resultados Transitados e Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</b>	<b>30</b>
<b>14</b>	<b>Passivos contingentes</b>	<b>31</b>
<b>15</b>	<b>Financiamentos obtidos</b>	<b>31</b>
15.1	Financiamentos obtidos por maturidade	31
<b>16</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>32</b>
<b>17</b>	<b>Outros passivos</b>	<b>32</b>
<b>18</b>	<b>Vendas e Prestação de serviços</b>	<b>32</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**  
*Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL*  
31 Dezembro de 2020

19	Subsídios, doações e legados à exploração	33
20	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	33
21	Gastos com pessoal	34
22	Outros rendimentos	35
23	Outros gastos	35
24	Juros e rendimentos similares obtidos	36
25	Juros e gastos similares suportados	36
26	Acontecimentos após a data do balanço	37
26.1	Autorização para emissão	37
26.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	37
27	Divulgações exigidas por diplomas legais	37
28	Outras informações	38
29	<i>Termo de responsabilidade</i>	38



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 532 477,95	2 610 557,94
Investimentos financeiros	7	22 040,40	16 895,95
	Subtotal	2 554 518,35	2 627 453,89
Ativo corrente			
Inventários	8	53 110,52	24 716,62
Créditos a Receber	9	259 344,41	227 238,83
Estado e outros Entes Públicos	10	5 016,06	5 516,38
Diferimentos	11	33 082,86	35 841,58
Outros Ativos Correntes	12	39 134,85	80 931,39
Caixa e depósitos bancários	4	57 568,03	32 301,03
	Subtotal	447 256,73	406 545,83
<b>Total do Ativo</b>		<b>3 001 775,08</b>	<b>3 033 999,72</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	13	801 585,18	826 495,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13	528 006,99	546 440,19
Resultado Líquido do período	13	40 216,86	(24 910,36)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 369 809,03</b>	<b>1 348 025,37</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.16+15	908 778,18	745 424,10
	Subtotal	908 778,18	745 424,10
Passivo corrente			
Fornecedores	16	139 426,74	151 320,34
Estado e outros Entes Públicos	10	44 955,56	41 904,22
Financiamentos obtidos	3.16+15	262 728,54	471 718,48
Outros passivos Correntes	17	276 077,03	275 607,21
	Subtotal	723 187,87	940 550,25
<b>Total do passivo</b>		<b>1 631 966,05</b>	<b>1 685 974,35</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 001 775,08</b>	<b>3 033 999,72</b>

Tarouca, 07 de junho 2021

O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA

Página 5 de 39  
Carla Paula Cardoso



**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE TAROUCA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	18	1 593 254,88	1 610 756,61
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1 197 880,73	1 124 672,89
Variação nos Inventários da Produção	8	8 210,77	6 773,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(376 601,90)	(421 600,51)
Fornecimentos e serviços externos	20	(453 278,52)	(481 390,47)
Gastos com o pessoal	21	(1 870 647,17)	(1 796 655,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos	22	91 605,26	92 204,56
Outros gastos	23	(9 477,09)	(16 389,46)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>180 946,96</b>	<b>118 371,28</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(109 844,89)	(115 814,55)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>71 102,07</b>	<b>2 556,73</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	-	10,14
Juros e gastos similares suportados	25	(30 885,21)	(27 477,23)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>40 216,86</b>	<b>(24 910,36)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>40 216,86</b>	<b>(24 910,36)</b>

Tarouca, 07 de junho 2021

O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	-	-	-	1 064 886,03	-	-	564 873,39	(238 390,49)	1 391 368,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
				(238 390,49)			(18 433,20)		
				(238 390,49)			(18 433,20)		1 372 935,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(24 910,36)	(24 910,36)
RESULTADO EXTENSIVO								(24 910,36)	1 348 025,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019				826 495,54			546 440,19	(24 910,36)	1 348 025,37

Tarouca, 07 de junho 2021  
O Contabilista Certificado

A MESA ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	-	-	-	826 495,54	-	-	546 440,19	(24 910,36)	1 348 025,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
				(24 910,36)			(18 433,20)		
				(24 910,36)			(18 433,20)		1 329 592,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								40 216,86	40 216,86
RESULTADO EXTENSIVO								40 216,86	1 369 809,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020				801 585,18			528 006,99	40 216,86	1 369 809,03

Tarouca, 07 de junho 2021  
O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Página 7 de 39



**Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**  
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL  
31 Dezembro de 2020

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

RUBRICAS	Unidade monetária: Centimos de Euro	
	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos dos utentes	1 565 464,48	1 611 328,67
Pagamentos a fornecedores	-872 032,96	-893 138,05
Pagamentos ao pessoal	-1 882 042,97	-1 792 523,37
Caixa gerada pelas operações	-1 188 611,45	-1 074 332,75
Outros recebimentos/pagamentos	1 275 086,47	1 232 886,96
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b> (1)	<b>86 475,02</b>	<b>158 554,21</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-33 016,65
Investimentos financeiros	-5 144,45	-4 297,71
	-5 144,45	-37 314,36
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	14 870,60	3 602,98
Outros Ativos	5 586,90	5 591,40
Juros e rendimentos similares	-	10,14
	20 457,50	9 204,52
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b> (2)	<b>15 313,05</b>	<b>-28 109,84</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-45 635,86	-98 994,51
Juros e gastos similares	-30 885,21	-27 477,23
	-76 521,07	-126 471,74
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b> (3)	<b>-76 521,07</b>	<b>-126 471,74</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b> (1)+(2)+(3)	<b>25 267,00</b>	<b>3 972,63</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	32 301,03	28 328,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	57 568,03	32 301,03

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



**ANEXO**

## **1 Identificação da entidade e período de relato**

### **1.1 Designação da entidade**

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA

### **1.2 Sede**

Rua de S. Miguel 3610-143 TAROUCA

### **1.3 Natureza da atividade**

A “Santa Casa da Misericórdia de Tarouca” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República n.º 145 de 26/06/2000, Série III, sendo o registo de alterações efetuado em 01/02/2016, pelo averbamento n.º 3, à inscrição N.º 41/85, a fls.23 e 23 verso do Livro N.º 2 das Irmandades da Misericórdia, com sede em “Tarouca – Rua de S. Miguel”. Tem como atividade “Apoio Social para Pessoas Idosas, com e sem alojamento, Crianças e Jovens sem alojamento, Deficiência, Unidade de Saúde e Fisioterapia, para assim prosseguir os seguintes objetivos:

- Em especial na área social, a Irmandade da Misericórdia exerce a sua ação através das 14 Obras de Misericórdia, (tanto as corporais como as espirituais), nas áreas da educação, da saúde, da cultura, entre outras, através da criação, organização e gestão de serviços e obras sociais, como estabelecimentos, equipamentos, estruturas residenciais e outras valências, designadamente:
  - À Infância e Juventude, em especial a crianças e jovens em perigo ou com deficiência;
  - Às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem abrigo e a vítimas de violência doméstica;
  - Apoio e proteção à família e comunidade em geral;
  - Apoio à integração social e comunitária;
  - Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa de reabilitação e reintegração;
  - Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, assim como a instalação de biblioteca;



- Promoção da educação, da formação profissional, da cidadania e igualdade de direitos e oportunidades;
- Agricultura e recursos naturais.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A/2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);



- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

## **2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos



materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### 3 Políticas contabilísticas

#### 3.1 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.14). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação (Intervalo)
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	4	25%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	5	25%



A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

### **3.2 Locações**

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Entidade age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

### **3.3 Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.



*António José*  
*Ap. J. J.*  
*Ab*  
*Ab*

### 3.4 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

### 3.5 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é Custo Médio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".



Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

### 3.6 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.11) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

### 3.7 Estado outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*



- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.8 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.14)

### 3.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”



### 3.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

### 3.11 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **3.12 Fundos patrimoniais**

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;



- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.13 Excedentes de revalorização**

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

### **3.14 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio**

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

### **3.15 Passivos não correntes**

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras

### **3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento**



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "*ativos que se qualificam*":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se



qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

### **3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores**

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

### **3.18 Vendas e prestação de serviços**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

### **3.19 Subsídios**

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

### **3.20 Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e,



ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, conseqüentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### **3.21 Rendimentos financeiros**

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

### **3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 incluem:



Análise às perdas por imparidade dos ativos;

Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 4 Fluxos de caixa

### 4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	2 158,56	2 628,72
Depósitos à ordem	55 160,08	29 422,92
Depósitos a prazo	249,39	249,39
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>57 568,03</b>	<b>32 301,03</b>



## 5 Ativos fixos tangíveis

### 5.1 5.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Descrição	2019						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
<b>Quantia escriturada bruta</b>							
Saldo em 01.01.2019	198 758,63	3 332 312,98	928 037,74	409 186,98	217 729,96	102 492,84	5 188 519,08
Adições	-	-	32 997,04	-	713,61	-	33 710,65
Alienações	-	-	-599,00	-19 525,01	-95,00	-	-20 219,01
Saldo em 31.12.2019	198 758,63	3 332 312,98	960 435,78	389 661,92	218 348,57	102 492,84	5 202 010,72
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo em 01.01.2019	32,28	1 256 458,63	682 906,21	315 587,45	208 262,25	32 610,32	2 495 857,14
Adições	-	65 972,94	25 647,19	21 212,00	2 916,04	66,38	115 814,55
Alienações	-	-	-599,00	-19 525,01	-95,00	-	-20 219,01
Saldo em 31.12.2019	32,28	1 322 431,57	707 954,40	317 274,44	211 083,29	32 676,70	2 591 452,68
<b>Quantia escriturada</b>	<b>198 726,35</b>	<b>2 009 881,41</b>	<b>252 481,38</b>	<b>72 387,48</b>	<b>7 265,28</b>	<b>69 816,14</b>	<b>2 610 358,04</b>

Descrição	2020						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
<b>Quantia escriturada bruta</b>							
Saldo em 01.01.2020	198 758,63	3 332 312,98	960 435,78	389 661,92	218 348,57	102 492,84	5 202 010,72
Adições	-	-	15 476,78	2 893,42	1 761,68	8 920,00	32 051,88
Alienações	-	-	-46 569,11	-286,98	-	-66,39	-46 922,48
Saldo em 31.12.2020	198 758,63	3 332 312,98	978 912,56	345 986,28	219 823,27	111 346,45	5 187 140,12
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Saldo em 01.01.2020	32,38	1 322 431,57	707 954,40	317 274,44	211 083,29	32 676,70	2 591 452,78
Adições	18,76	65 953,15	22 471,41	18 903,84	2 290,04	141,30	109 778,50
Alienações	-	-	-	-46 569,11	-	-	-46 569,11
Saldo em 31.12.2020	51,14	1 988 384,72	730 425,81	289 609,17	213 373,33	32 818,00	2 654 662,17
<b>Quantia escriturada</b>	<b>198 707,49</b>	<b>1 943 928,26</b>	<b>248 486,75</b>	<b>56 377,06</b>	<b>6 449,94</b>	<b>78 528,45</b>	<b>2 592 477,95</b>

### 5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas



**Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**  
Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL  
31 Dezembro de 2020

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Rubrica do AFT	31/12/2020		31/12/2019	
	Depreciação do período	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Edifícios e outras construções	65 971,91	1 388 435,86	65 972,94	1 322 463,95
Equipamento básico	22 471,41	730 425,81	25 647,19	707 954,40
Equipamento de transporte	18 903,84	289 609,17	21 212,00	317 274,44
Equipamento administrativo	2 290,04	213 373,33	2 916,04	211 083,29
Outros ativos fixos tangíveis	141,30	32 818,00	66,38	32 676,70
<b>Total</b>	<b>109 778,50</b>	<b>2 654 662,17</b>	<b>115 814,55</b>	<b>2 591 452,78</b>

## 6 Locações

### 6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Locações financeiras	
	Quantia escriturada líquida	
	31.12.2020	31.12.2019
Equipamento de transporte - 13-UG-79	6 482,10	19 446,30
<b>Total</b>	<b>6 482,10</b>	<b>19 446,30</b>

Exigibilidade corrente e não corrente dos valores em dívida (dos pagamentos mínimos futuros):



<u>Locações financeiras</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.1.2019</u>
Pagamentos mínimos até 1 ano	6 482,10	12 964,20
<b>Passivo corrente</b>	<b>6 482,10</b>	<b>12 964,20</b>
Pagamentos mínimos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos		6 482,10
<b>Passivo não corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>6 482,10</b>
<b>Valores em dívida (Pagamentos mínimos futuros)</b>	<b>6 482,10</b>	<b>19 446,30</b>

## 7 Investimentos financeiros

Títulos de participação mensurados ao custo

<b>Descrição dos investimentos financeiros</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fundo de compensação de trabalho	21 032,92	15 888,47
Títulos da Caixa de Crédito Agrícola Beira Douro	1 007,48	1 007,48
<b>Total</b>	<b>22 040,40</b>	<b>16 895,95</b>

## 8 Inventários

### 8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

A Instituição adota como fórmula de custeio dos seus inventários o custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.



8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	53 110,52	24 716,62
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	<b>53 110,52</b>	<b>24 716,62</b>
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>53 110,52</b>	<b>24 716,62</b>

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	2020			2019		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	-	24 716,62	24 716,62	-	32 586,71	32 586,71
Perdas por imparidade em inventários	-	-	-	-	-	-
Compras	-	405 954,27	405 954,27	-	414 995,16	414 995,16
Subcontratos	-	-	-	-	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-958,47	-958,47	-	-1 264,74	-1 264,74
Inventário final	-	53 110,52	53 110,52	-	24 716,62	24 716,62
<b>Custo das mercadorias vnd e mat consumidas</b>	<b>-</b>	<b>376 601,90</b>	<b>376 601,90</b>	<b>-</b>	<b>421 600,51</b>	<b>421 600,51</b>



#### 8.4 Variação de produção

Descrição	2020		2019	
	Produtos acabados e Intermedios	Total	Produtos acabados e Intermedios	Total
inventário inicial	-	-	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-8 210,77	-8 210,77	-6 773,46	-6 773,46
Inventário final	-	-	-	-
<b>Variação nos inventários na Produção</b>	<b>8 210,77</b>	<b>8 210,77</b>	<b>6 773,46</b>	<b>6 773,46</b>

### 9 Créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Créditos a receber	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Utentes	-	86 518,45	-	-	77 589,94	-
Clientes	-	172 825,93	-	-	149 648,89	-
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>259 344,41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>227 238,83</b>	<b>-</b>

### 10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
<b>Ativo:</b>						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	5 016,06	-	-	5 516,38	-
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>5 016,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 516,38</b>	<b>-</b>
<b>Passivo:</b>						
Imposto sobre o valor acrescentado	-	7 138,56	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	6 517,13	-	-	7 949,01	-
Contribuições para a segurança social	-	31 299,87	-	-	33 955,21	-
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>44 955,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41 904,22</b>	<b>-</b>

### 11 Diferimentos:

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:



*[Handwritten signatures and initials]*

Diferimentos	Período 31/12/2020	Período 31/12/2019
<b>Ativos:</b>		
Seguros pagos antecipadamente	5 118,63	7 241,81
Despesas de conservação diferidas	27 964,23	28 599,77
<b>Total</b>	<b>33 082,86</b>	<b>35 841,58</b>

## 12 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
<b>Outros devedores</b>				80 931,39		80 931,39
IGFSS - Equipa RSI			0,00	8 125,18		8 125,18
IGFSS - Cantina Social			0,00	1 162,50		1 162,50
IEFP - Centro Emprego Laniego		32 869,18	32 869,18	37 647,15		37 647,15
Rendas a receber		460,70	460,70	460,70		460,70
POISE - Candidatura 03-4538-FSE-000385		292,72	292,72	33 535,86		33 535,86
<b>Adiantamentos pessoal</b>		3 604,32	3 604,32			
<b>Outros (saldos devedores fornecedores)</b>		1 907,93	1 907,93			
<b>Total ativo</b>	-	<b>39 134,85</b>	<b>39 134,85</b>	-	<b>80 931,39</b>	<b>46 934,83</b>

## 13 Fundos, Resultados Transitados e Outras variações nos Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Resultados transitados	31.12.2020	31.12.2019
<b>Saldo em 01.01.</b>	<b>826 495,54</b>	<b>1 064 886,03</b>
<b>Total dos aumentos do período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Diminuições do período</b>		
Resultado líquido de 2018		238 390,49
Resultado líquido de 2019	24 910,36	
<b>Total das diminuições do período</b>	<b>24 910,36</b>	<b>238 390,49</b>
<b>Saldo em 31.12.</b>	<b>801 585,18</b>	<b>826 495,54</b>



*Santa Casa da Misericórdia de Tarouca*  
*Demonstrações Financeiras Individuais - NCRF - ESNL*  
*31 Dezembro de 2020*

Em outras variações

<b>Outras variações nos fundos patrimoniais</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
Saldo em 01.01.	546 440,19	564 873,39
Total dos aumentos do período	0,00	0,00
<b>Diminuições do período</b>		
Imputação de subsídios	18 433,20	18 433,20
Total das diminuições do período	18 433,20	18 433,20
Saldo em 31.12.	528 006,99	546 440,19

## 14 Passivos Contingentes

À data de relato, a instituição tem em curso 2 processos judiciais a correr no Juízo de Trabalho de Lamego, processos esses em fase de contestação e saneamento, pelo que assim não se torna possível, nesta data, efetuar uma estimativa final de eventuais responsabilidades.

## 15 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	908 778,18	45 000,00	953 778,18	745 424,10	236 395,40	981 819,50
Contas caucionadas	-	139 500,00	139 500,00	-	132 500,00	132 500,00
Factoring	-	71 322,75	71 322,75	-	77 586,05	77 586,05
Loações financeiras	-	6 482,10	6 482,10	-	25 237,03	25 237,03
Descobertos bancários	-	423,69	423,69	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>908 778,18</b>	<b>262 728,54</b>	<b>1 171 506,72</b>	<b>745 424,10</b>	<b>471 718,48</b>	<b>1 217 142,58</b>



## 15.1 Financiamentos obtidos por maturidade

Financiamentos obtidos (não inclui locações financeiras - ver nota própria)	31.12.2020	31.12.2019
Pagamentos até 1 ano	262 728,54	471 718,48
<b>Passivo corrente</b>	<b>262 728,54</b>	<b>471 718,48</b>
Pagamentos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	108 769,49	375 104,47
Pagamentos mais de 5 anos	800 008,69	370 319,63
<b>Passivo não corrente</b>	<b>908 778,18</b>	<b>745 424,10</b>
<b>Totais</b>	<b>1 171 506,72</b>	<b>1 217 142,58</b>

## 16 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores c/c	139 426,74	151 320,34
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 17 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros passivos	31/12/2020			31/12/2019		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal - Remunerações a liquidar			0,00		7 789,39	7 789,39
Fornecedores de investimentos		950,00	950,00		950,00	950,00
Credores por acréscimo de gastos		257 237,52	257 237,52		257 239,61	257 239,61
Segurança Social Comparticipações		638,82	638,82		638,82	638,82
Utentes diversos do Lar		17 250,69	17 250,69		8 989,39	8 989,39
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>276 077,03</b>	<b>276 077,03</b>	<b>-</b>	<b>275 607,21</b>	<b>275 607,21</b>

## 18 Vendas e prestação de serviços

As vendas efetuadas no mercado interno, tem a seguinte composição:



<b>Vendas</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Mercadorias	1 056,53	2 824,82
<b>Rédito</b>	<b>1 056,53</b>	<b>2 824,82</b>

As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela Instituição:

<b>Prestações de serviços</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Ação Social	942 765,90	990 953,87
Saúde	641 574,34	609 218,57
Outras atividades	7 858,11	7 759,35
<b>Volume de negócios</b>	<b>1 592 198,35</b>	<b>1 607 931,79</b>

## 19 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<b>Rubricas</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Subsídios</b>	<b>1 197 880,73</b>	<b>1 124 672,89</b>
CDSS - Viseu	1 019 270,39	1 017 206,37
Outras entidades	178 610,34	107 466,52
<i>Autarquias</i>	487,50	
<i>IEFP IP</i>	178 122,84	
<b>Totais</b>	<b>1 197 880,73</b>	<b>1 124 672,89</b>

## 20 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhos especializados	17 712,47	16 817,30
Publicidade e propagação	2 482,85	2 840,11
Vigilância e segurança	1 785,66	1 293,87
Honorários	125 852,55	143 713,03
Conservação e reparação	28 365,69	51 859,76
Despesas com serviços bancários	5 404,52	10 266,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9 039,49	6 375,13
Livros e documentação técnica	8,95	0,00
Material de escritório	13 501,99	13 137,47
Artigos para oferta	4 330,21	1 739,81
Outros	3 662,51	7 331,85
Eletricidade	67 306,89	38 563,67
Combustíveis	35 794,60	40 175,77
Água	427,16	638,70
Deslocações e estadas	2 849,08	6 296,58
Transportes de pessoal	30,00	55,00
Transportes de mercadorias	196,80	0,00
Rendas e alugueres	19 239,40	27 022,04
Comunicação	24 787,64	25 541,54
Seguros	17 857,50	16 003,81
Contencioso e notariado	10 756,00	8 676,80
Despesas de representação	3 240,25	0,00
Despesas de colóquios e Eventos	420,89	5 596,50
Limpeza, higiene e conforto	48 589,73	48 606,70
Outros	9 635,69	8 838,61
<b>Total</b>	<b>453 278,52</b>	<b>481 390,47</b>

## 21 Gastos com pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foram, respetivamente “10”

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição nos últimos 2 exercícios foi de 144, tendo contando ainda a Instituição com a participação de 10 voluntárias.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos órgãos sociais	*	*
Remuneração do pessoal	1 483 591,93	1 422 764,21
Benefícios pós - emprego	1 178,29	3 281,52
Encargos sobre remunerações	297 741,26	288 855,90
Seguros	18 048,68	15 092,36
Gastos c/sub alimentação e horas extra	55 507,74	59 673,60
Outros gastos com pessoal	14 579,27	6 988,21
<b>Total</b>	<b>1 870 647,17</b>	<b>1 796 655,80</b>

## 22 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos suplementares	4 315,18	3 943,86
Descontos de pronto pagamento obtidos	42,89	113,92
Ganhos em inventários	13 304,01	3 749,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5 586,90	5 591,40
<b>Outros</b>	<b>68 356,28</b>	<b>78 805,58</b>
<i>Imputação subsídios investimento</i>	<i>18 433,20</i>	
<i>Restituição impostos (consignação IRS e restituição iva)</i>	<i>5 868,72</i>	
<i>Donativos e outros</i>	<i>44 054,36</i>	
<b>Total</b>	<b>91 605,26</b>	<b>92 204,56</b>

## 23 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Impostos	1 005,85	2 587,08
Perdas em inventários	370,75	1 352,08
Outros	8 100,49	12 450,30
<i>Correções relativas a execícios anteriores</i>	1 430,53	
<i>Donativos concedidos</i>	1 237,96	
<i>Quotizações</i>	2 720,00	
<i>Multas e penalidades</i>	2 712,00	
<b>Total</b>	<b>9 477,09</b>	<b>16 389,46</b>

## 24 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Juros obtidos	0,00	10,14
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>10,14</b>

## 25 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2020	31/12/2019
Juros suportados	26 942,55	27 477,73
Outros gastos de financiamento	3 942,66	-
<b>Total</b>	<b>30 885,21</b>	<b>27 477,73</b>



*Handwritten signatures and dates in blue ink, including "Junho 2021" and "2021".*

## 26 Acontecimentos após a data do balanço

1

### 26.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Mesa Administrativa da Entidade no dia 07 de junho de 2021. No entanto os membros da Instituição poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 26.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## 27 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Conforme exigido no paragrafo 47 da NCRF nº 1 aplicável a esta entidade por força artº9º - E do Dec- lei nº 158/2009 de 13 de julho, na sua redação atual, Mesa administrativa, face ao prejuízo verificado neste exercício ponderou as expectativas futuras, e concluiu:

A atividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, tem um cariz social de importância fundamental na nossa sociedade, especialmente neste concelho por razões evidentes, quer na área da saúde, cuidados continuados, nos cuidados com a assistência à



terceira idade, e na infância, quer no apoio à família e enquanto empregadora, o equilíbrio familiar que isso, significa.

Temos assim a expectativa futura da necessidade dos nossos serviços, mas também sabemos que a sua procura vai aumentar, pelo que isso se traduzirá num aumento dos rendimentos, contando para isso com o alargamento da área dos cuidados de saúde, crescimento das valências de índole de apoio social, comparticipadas pelo Estado.

Paralelamente este aumento de nível de atividade será acompanhado por um cuidado acrescido na racionalização de recursos disponíveis, quer ao nível dos gastos com pessoal quer dos consumos.

Dado o nosso comportamento financeiro, com o cumprimento escrupuloso dos nossos compromissos esperamos continuar a obter o apoio das instituições que nos têm apoiado.

## **28 Outras informações**

A Entidade não tem ativos restringidos.

## **29 Termo de responsabilidade**

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2020, para além dos factos mencionados em anteriores notas.

Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;

- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Tarouca, 07 de junho de 2021



A Mesa Administrativa

(Rui Fernando Guedes Ramunção - Provedor)

(Duarte João Pires Miguéis - Vice Provedor)

(Domingos Almeida Vingadas - Secretário)

(Adelaide Margarida Lopes Guédes de Melo - Tesoureira)

(Carla Paula da Silva Cardoso - Mesário)

(Anísio Lucas Cardoso Pereira - Mesário)

(Dionísio do Carmo Pereira Pinto - Mesário)

(Dionísio do Carmo Pereira Pinto - Mesário)

(Maria Paula Martins Amorim - Mesário)

(Vasco Manuel Guedes Teixeira - Mesário)

O Contabilista Certificado:

(Nuno Gomes CC n.º 83181)

